

**PARECER TÉCNICO
(Divergência de Crédito)**

**Objeto: Recuperação Judicial de INDÚSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS S.A.
Processo nº 428622-83.2012.8.09.0064**

Parecer nº: 02-2013

Credor postulante: BANCO DAYCOVAL S/A

Tipo: Divergência de crédito

1. Informações preliminares

A empresa recuperanda listou a instituição financeira impugnante como credora da quantia de R\$ 192.500,00, na classe II (garantia real).

A 1ª relação de credores (art. 58, §1º, II da Lei 11.101/2005) foi publicada em 23/01/2013, no DJE-TJGO nº 1.229.

O credor postulante apresentou, tempestivamente, divergência perante este Administrador Judicial, alegando, em resumo, ser credor de quantia superior à declarada pela devedora, bem como que seu crédito não se sujeita em parte à recuperação judicial da devedora.

Acostou ao seu pedido cópia da CCB em que funda sua pretensão creditória e demonstrativo de evolução do débito.

2. Fundamentação Técnica

A instituição financeira demonstra ser credora da recuperanda pela quantia de R\$ 270.457,36, pelo que este é o valor de seu crédito que deve ser considerado.

De igual modo, demonstra que parte de seu crédito, até a quantia de R\$ 127.414,70, está garantido por alienação fiduciária de veículos pesados, garantia esta que foi regularmente constituída pelo registro do título respectivo na repartição de trânsito, repartição adequada, dada a natureza do bem.

Essa circunstância subtrai parte do crédito da instituição financeira dos efeitos da recuperação judicial em tela, por força do disposto no artigo 49, § 3º, da Lei n. 11.101/05.

É digno de destaque que a parcela do crédito da instituição financeira que sobeja a garantia fiduciária não conta com qualquer espécie de garantia real.

3. Resultado do Parecer

Em vista dessas considerações, acolhe-se a divergência apresentada pelo BANCO DAYCOVAL S/A, para reconhecer que o valor total do seu crédito em face da recuperanda é de R\$ 270.457,36; sendo que a quantia de R\$ 127.414,70 não se sujeita à recuperação judicial em tela, e a quantia de R\$ 148.451,81 a ela se sujeita, devendo figurar na classe quirografária, pelo que o crédito sujeito à recuperação está sendo reclassificado.

Goiânia, 07 de março de 2013.



Adm. Leonardo De Paternostro
CRA/GO 9273
Perito Administrador
ADMINISTRADOR JUDICIAL